

Projeto de Pesquisa

Dados do Projeto Pesquisa	
Código:	PI05890-2024
Título do Projeto:	Implementação do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada - Povo indígena Yanomami e Ye'kwana
Tipo do Projeto:	COM Financiamento (Projeto Novo)
Categoria do Projeto:	Pesquisa Científica
Situação do Projeto:	EM ANDAMENTO
Unidade de lotação:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (11.02)
Unidade(s) do projeto:	
GABINETE DA REITORIA DA UFCAT (11.02.00.16)	
Palavra-Chave:	Consulta livre - Yanomami - Ye'kwana - Implementação
E-mail:	leonilson.santos@ufcat.edu.br
Período do Projeto:	05/07/2024 a 05/07/2025
Áreas de Conhecimento, Grupo e Linha de Pesquisa	
Áreas de Conhecimento:	
Ciências Sociais Aplicadas - Direito - Direitos Especiais (Área de Avaliação)	
Ciências Humanas - Sociologia - Outras Sociologias Específicas	
Possui Cooperação Internacional:	Não
Resumo	
implementação do Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana, que foi confeccionado nos moldes da Convenção n.º 169 da OIT, com ações de esclarecimento, oficinas formativas, apoio à realização do V Fórum de Lideranças Yanomami em Auaris, ações de fortalecimento e elaboração de plano de comunicação.	
Introdução/Justificativa	
(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UFCAT em geral)	
A Universidade Federal de Catalão (UFCAT) é uma instituição o reconhecida por sua expertise em educação técnica e tecnológica, pesquisa aplicada e extensão comunitária. A Universidade de Catalão é resultado da luta popular no município, em especial, das mobilizações feitas pelas comunidades indígenas no território. A parceria entre o MPI e a UFCAT é estratégica para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas. A UFCAT tem experiência na criação e implementação de ações adaptadas às necessidades locais. Com essa parceria, também estamos potencializando programas educacionais que valorizem os conhecimentos tradicionais e ancestrais das comunidades quilombolas, ao mesmo tempo proporcionando habilidades técnicas e tecnológicas para a inclusão produtiva e desenvolvimento local. A Universidade de Catalão é uma instituição o reconhecida por sua expertise em educação técnica e tecnológica, pesquisa aplicada e extensão comunitária. A Universidade de Catalão é resultado da luta popular no município, em especial, das mobilizações feitas pelas comunidades indígenas no território. A parceria entre o MPI e a UFCAT é estratégica para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, em especial neste TED, a implementação do Protocolo de Consulta aos povos indígenas. A UFCAT tem experiência na criação e implementação de ações adaptadas às necessidades locais. Com essa parceria, também estamos potencializando a implementação do Protocolo de Consulta da Terra Indígena. Destaca-se que desde o ano passado, o Governo Federal iniciou um processo de consulta aos Yanomami e Yekwana, conforme a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT de 1989 (ratificada pelo Brasil através do Decreto Federal nº 5.051 de 19 de abril de 2004), principalmente o contido no Artigo 6º: Determina que os governos têm o dever de consultar os povos indígenas com boa fé e de maneira apropriada à realidade de cada povo toda vez em que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los. Os governos devem garantir os meios para os povos participarem livremente, de acordo com suas próprias formas de organização, assegurando recursos financeiros para tal. O Protocolo de Consulta da Terra Indígena Yanomami (34297659) foi elaborado durante quatro anos, desde 2015, nas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Yanomami e apresenta algumas regras e condições gerais para consultar os Yanomami e Yekwana. Assim, diante da situação de Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami, criado pelo Decreto nº 11.384, de 20 de janeiro de 2023, o Protocolo de Consulta foi acionado em março de 2023, onde foi realizada uma reunião da FUNAI com sete associações Yanomami e Yekwana, a saber: 1) Hutukara Associação Yanomami (HAY), 2) Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA), 3) Ypasali Associação Sanuma, 4) Texori Associação Ninam de Estado de Roraima (TANER), 5) Associação das Mulheres Yanomami do Rio Cauaburis (AMY KURIMAYOMA), 6) Associação Yanomami Kurikama, 7) Associação WANASSEDUUME Yekuana, na cidade de Boa Vista. Depois, entre os dias 10 a 14 de julho, foi realizada a IV Reunião do Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami, na qual foram apresentados os Planos Interministeriais para enfrentamento da crise na Terra Indígena Yanomami: Plano emergencial para enfrentamento a violações de Direitos Humanos Yanomami; II - Ações selecionadas para apresentação no Fórum de Lideranças Yanomami; III - Plano Direitos das Crianças e dos Adolescentes Yanomami; IV - Plano Segurança Alimentar e Nutricional; V - Plano Nacional de Educação para e com os Yanomami e Ye'kwana e VI - Plano de Ação Socioambiental. Participaram da reunião do IV Fórum de Lideranças os representantes dos seguintes órgãos indicados pelos respectivos ministros: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; Ministério da Saúde - MS; Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC; Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Polícia Federal - PF; Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima - MMAMC; Ministério da Defesa - MD; Ministério da Educação - MEC; Advocacia-Geral da União - AGU; Fundação Nacional dos Povos Indígenas - MPI; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI; Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Defensoria Pública do Amazonas - DPU-AM e Ministério Público Federal - MPF. Importante ressaltar que essa reunião foi apoiada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas, principalmente com o custeio do transporte dos participantes, colaboradores e autoridades, a maior despesa da reunião, e demais insumos para a realização. O Documento final do IV Fórum de Lideranças da TI Yanomami (SEI nº 35879235) foi utilizado como referência para o refinamento dos Planos interministeriais durante o restante do ano de 2023 e para 2024.	
Objetivos	
Realizar a implementação do Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana, que foi confeccionado nos moldes da Convenção n.º 169 da OIT, com ações de esclarecimento, oficinas formativas, apoio à realização do V Fórum de Lideranças Yanomami em Auaris, ações de fortalecimento e elaboração de plano de comunicação.	

Metodologia
Assim será realizadas continuações das ações após a IV Reunião do Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami, houve a vinda das lideranças para Brasília, que deve ser continuada no mês de dezembro. Deste modo, a instituição pode fornecer assistência técnica e tecnologias apropriadas que respeitem as especificidades de cada território indígena. Isso é essencial para garantir a o processo de consulta prevê uma série de atividades, com diferentes escopos, uns mais abrangentes, outros mais específicos. As ações que esse Departamento elegeu para realizar esse ano de 2024 pretendem atender esses diversos escopos, quais sejam: A realização de 02 ações de fortalecimento para cada associações yanomami e ye'kwana (muitas das quais ainda encontram-se em etapa de formalização), para a execução das reuniões e assembleias das 10 Associações Yanomami e Ye'kwana, totalizando 20 ações; realização de 03 ações de esclarecimento e consulta nas regiões mais vulneráveis (Xitei, Haxiu, Nota Técnica 513 (42727998) SEI 15000.101279/2023-10 / pg. 2 Surucucu) para que a informação chegue de maneira qualificada nas comunidades, conforme o Plano de Trabalho em anexo (SEI nº42224085); planejamento, elaboração de 02 Planos de Comunicação com as comunidades Yanomami e Ye'kwana a ser executado em parceria com as respectivas associações representativas, com os temas de políticas de proteção social e as consequências do mercúrio para a saúde e o meio ambiente; realização de 06 Oficinas de Formação para os Yanomami e Ye'kwana sobre Proteção Territorial, em parceria com a UNIVAJA, ISA e Hutukara Associação Yanomami, e vinda de 10 representantes Yanomami e Ye'kwana para Brasília.
Resultados Esperados
Produto 1: Realização de 6 Oficinas de Formação para os Yanomami e Ye'kwana sobre Proteção Territorial; Produto 2: Realização de 3 ações de esclarecimento e consulta nas regiões mais vulneráveis (Xitei, Haxiu e Surucucu); Produto 3: Apoio à realização da reunião do V Fórum de Lideranças Yanomami em Auaris; Produto 4: Realização de 02 ações de fortalecimento para cada associações yanomami e ye'kwana, para execução das reuniões e assembleias das 10 Associações Yanomami e Ye'kwana, totalizando 20 ações; Produto 5: Apoiar a visita de 12 representantes Yanomami e Ye'kwana para Brasília, previsto para dezembro de 2024; Produto 6: Elaboração de Planos de Comunicação com as comunidades Yanomami e Ye'kwana sobre os temas de políticas de proteção social e as consequências do mercúrio para a saúde e o meio ambiente e sobre saúde das mulheres no âmbito do Projeto Redes de cuidado em saúde na Terra Indígena Yanomami;
Referências
ALMEIDA, Antônio Figueira (1937). A Constituição de Dez de Novembro Explicada ao Povo. Rio de Janeiro: D.I.P. ALMEIDA, Mauro William Barbosa de (2009) Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro. Cultura com Aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 277 300. ARENDT, Hannah (1998). As perplexidades dos Direitos do Homem. In: ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 324-336. BALLESTRIN, Luciana. (2013). América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, (11), 89-117. BENGOA, José (2009). ¿Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Larina? Cuadernos de Antropología Social, (29), 7-22. BESSA FREIRE, José Ribamar (2000). Cinco idéias equivocadas sobre o índio. Cenesch: Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano, 1, 17-33. BICALHO, Poliene Soares dos Santos (2010), Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970 2009) [Tese de Doutorado]. Brasília: Universidade de Brasília. BUTTEL, Frederick. Howard (1994). Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar. Agricultura y Sociedad, 74, 9-37. CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo (2007a). La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidade y ecocapitalismo. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Comps.). El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidade Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar,169-193. CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo (2007b). Anotaciones sobre la biocolonialidad del poder. Pensamento Jurídico, (18), 59-72. CAPORAL, Francisco Roberto (1998). La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Tese de doutorado. Universidad de Córdoba, Córdoba, Argentina. CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio (Orgs.) (2009). Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: Paulus. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (2001). A invenção do sujeito ecológico: Sentidos e Trajetórias em Educação Ambiental. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. CASANOVA, Pablo Gonzáles (2006). Colonialismo Interno: una redefinición. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs). La Teoría Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 409-432. CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de (1981). A auto-determinação indígena como valor. Anuário de Antropologia, 232 242. CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de (2004), Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena, O que nos faz pensar, (18), 225 - 254. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (1998). Introducción: La translocalización discursiva de Latinoamérica em tempos de la globalización. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Eds.) Teorías sin disciplina: Latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate. México: Miguel Ángel Porrúa, 3-25. CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2005a). La Poscolonialidad explicada A Los Niños. Colección Vigra de Letras. Popayan: Editorial Universidad del Cauca. CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2005b). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, Buenos Aires: CLACSO. CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2007). Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Comps.). El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidade Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 79-91. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (2007). Giro decolonial, teoria crítica y pensamento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Comps.). El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidade Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 9-23. CLASTRES, Pierre (2013). A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Trad.Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify.

CRISPIM, Jefferson de Queiroz; SILVA, Valquíria Brilhador da (2011). Um breve relato sobre a questão ambiental. Revista GEOMAE, 2 (1), 163-175.

CUNHA, Hugo Rodrigues Ferreira da Silva (2012). A Ecologização da Architectura: a Estratégia Ecológica no Caso IBA Emscher Park. Dissertação de mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

CUNHA, Manuela Carneiro da (1994). O futuro da questão indígena. Estudos Avançados, 8(20), 121-136.

DAGGER, Richard (1995). Rights. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell L. (Org.). Political innovation and conceptual change. Cambridge: Cambridge University Press, 292-308.

ESCOBAR, Arturo (1995). El Desarrollo Sostenible: Dialogo del Discurso. Revista Ecología Política, 9(1), 7-25.

ESCOBAR, Arturo (1999). El fin del salvage: Naturaleza, Cultura e Política en la Antropología Contemporánea. Bogotá: Giro Editores.

ESCOBAR, Arturo (2000). El lugar de la naturaleza de la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo. In: VIOLA, Andreu (Comp.). Antropología del desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona: Paidós.

ESCOBAR, Arthuro (2003). Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. Tabula Rasa, 1, 58-86.

ESCOBAR, Arthuro (2004). Más allá del tercer mundo: globalidade imperial, colonialidade global y movimientos sociales anti-globalización. Nómadas, (20), 86-100.

ESCOBAR, Arturo (2007). La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Serie Colonialidad/Modernidad/Descolonialidad. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha (2012). O Uso das Identidades Ecológicas e Territorial como Diferenciação Marginal das Confecções Produzidas com o Algodão Colorido na Paraíba. In: SÁ, Alcindo Jose de; FARIAS, Paulo Sérgio Cunha (Orgs.). Ética, Identidade e Território. Recife: CCS Gráfica e Editora, 203-240.

FOUCAULT, Michael (2002). A Arqueologia do Saber. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

FERREIRA, Andrey Cordeiro (2011). Desenvolvementismo, Etnicidade e questão agrária. Estudos Sociedade e Agricultura, 19 (1), 182-223.

GAIGER, Júlio Marcos Germany (1989). Direitos Indígenas na Constituição brasileira de 1988, e outros ensaios. Brasília: CIMI.

GALLOIS, Dominique Tilkin (2004). Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (Org.). Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 37-42.

GAZOTO, Luís Wanderley. (2007). Terras Indígenas e Proteção ao Meio Ambiente. Boletim dos Procuradores da República, 9 (74), 16-22.

GOHN, Maria da Glória (2004). Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e contemporâneos, 4 ed. São Paulo: Loyola.

GROSFOGUEL, Ramón (2008). Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 115-147.

GRUN, Mauro (1996). Ética e Educação Ambiental: A Conexão Necessária. Campinas: Papirus.

GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (2001). Os índios e a cidadania. In: ARANTES, Vera Maria (Org.). Índios no Brasil 3. Brasília: MEC, 25-42.

JACOBI, Pedro (2000). Meio ambiente e redes sociais: Dimensões Intersetoriais e Complexidade na Articulação de Práticas Coletivas. Revista de Administração Pública, 43, 131-58.

JÓFEJ-KAINGÁNG, Lúcia Fernanda (2006). O papel dos povos indígenas brasileiros na implementação da CDB. In: BENSUSAN, Nurit, BARROS, Ana Cristina; BULHÕES, Beatriz; ARANTES, Alessandra (Orgs.). Biodiversidade: Para comer, vestir ou passar no cabelo. São Paulo: Peirópolis, 349-358.

KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto (2012). Sujeito de Direito e Capitalismo. Tese de doutorado em Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

LACERDA, Rosane Freire (2007). Diferença não é Incapacidade: Gênese e Trajetória Histórica da Concepção da Incapacidade Indígena e sua Insustentabilidade nos marcos do Protagonismo dos Povos Indígenas e do Texto Constitucional de 1988. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

LACERDA, Rosane Freire (2008). Os povos indígenas e a Constituinte (1987-1988). Brasília: CIMI Conselho Indigenista Missionário.

LACERDA, Rosane Freire (2014). Volveré, y Seré Millones: Contribuições Descoloniais dos Movimentos Indígenas Latino Americanos para a Superação do Mito do Estado-Nação. Volume 1, Tomo I. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

LAURIOLA, Vincenzo (2005). Recursos Comuns Indígenas ou Conservação Global na Amazônia? O monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Antropologia e Identificação: Os Antropólogos e a Definição de Terras Indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 205-248.

LEITÃO, Sérgio (2004). Superposição de leis e vontades: Por que não se resolve o conflito entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação? In: RICARDO, Fany (Org.). Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 17-23.

LIMA, Antônio Carlos de Souza (1987). Sobre Indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática de Proteção Fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de Oliveira. Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

LOPES, Danielle Bastos (2011). O Movimento Indígena na Assembléia Nacional Constituinte (1984-1988). Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, Brasil.

LOPES, Danielle Bastos (2014). O direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país. Espaço Ameríndio, 8 (1), 83-108.

LOPES, José Sérgio Leite; ANTONMAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (2004). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. (2010). Desenvolvimento, Meio ambiente e Direitos dos Índios: Da Necessidade de um novo Ethos Jurídico. Revista Direito GV, 6(2), 503-526.

LUCIANO, Gersem José dos Santos (2006). O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje. Brasília:

LUCIANO, Gersem José dos Santos (2006). O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje. Brasília: MEC/SECAD.

MACHADO, Vilma de Fátima (2005). A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92. Brasília. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

MACHADO, Vilma de Fátima; SANTOS, Leonilson Rocha (2016). A Naturalização das Sociedades Indígenas como uma Violação dos Direitos Humanos: Diálogo e possibilidades de Construir outras Gramáticas. In: MACHADO, Vilma de Fátima. Educação para a Diversidade e Cidadania, Goiânia: Editora UFG, 35 60.

MALDI, Denise (1997). De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. Revista Antropológica, 40 (2), 183-221.

MARQUES, Mário Alberto Pedrosa Reis (2011). Um olhar sobre a construção do Sujeito de Direito. Revista da Faculdade de Direito da UFG, 35 (2), 20-35.

MCCORMICK, John (1992). Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MELUCCI, Alberto (2001). A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes.

MIGNOLO, Walter D. (2008a). La opción descolonial. Letral Revista electrónica de Estudios transatlánticos de literatura. 1(1), 3 22.

MIGNOLO, Walter D. (2008b). Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial e o Significado de Identidade em Política. Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Literatura, língua e identidade, (34), 287-324.

MIGNOLO, Walter D. (2009). La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). Revista Crítica y Emancipación. 1(2). 251 276.

MIGNOLO, Walter D. (2010). Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Colección Razón Política. Buenos Aires: Ediciones del Signo.

MONTANARI JUNIOR, Isaias (2012). Impacto do PPTAL na Demarcação de Terras Indígenas na Amazônia Legal. Textos e Debates, 22, 119-143.

MORAIS, Regis (2002). Ecologização das Sociedades e o Direito Ambiental. Revista Jurídica, 18 (2), 94 107.

MOTA, Carolina e GALAFASSI, Bianca. A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: processo administrativo e conflitos Judiciais. In MIRAS, Julia Trujillo [etal.] Org. Makunaíma grita: Terra indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009, p. 73 128.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos Avançados, 26 (74), 51- 64.

NÓBREGA, Luciana Nogueira. (2011). Anna Pata, Anna Yan Nossa Terra, Nossa Mãe: a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos territoriais indígenas no Brasil em julgamento. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

NOVAES, Sylvia Caiuby (1993). Jogo de Espelhos: Imagens de Representação de si através dos Outros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo EDUSP.

NOVAES, Sylvia Caiuby (2008). Direitos Humanos e Povos Indígenas. In: GOIFMAN, Kiko; CAETANO, Marcelo; MULLER, Jurandir; SCHNEIDER, Marta. Direitos Humanos e Povos Indígenas, [Filme-vídeo]. Brasília: Associação Nacional de Direitos Humanos Pesquisa e Pós-Graduação.

NOVION, Henry Phillippe Ibanes de (2011). O que é Serviço Ambiental. In: RICARDO, Fany; RICARDO, Beto (ed.). Povos Indígenas no Brasil 2006/2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 119 - 120.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (1999). Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso (1988). A Crise do Indigenismo. Campinas: UNICAMP.

PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos (2010). Os Povos Indígenas enquanto Sujeitos Políticos na Reconstrução de seus Territórios: Novas Implicações para o Direito. Revista Cesumar, 15 (1), 99-123.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro (2010). Construindo o Estado da Exclusão: os Índios Brasileiros e a Constituição de 1824. Revista CLIO Revista de Pesquisa Histórica, 28(2), 20 35

Financiamentos						
Entidade Financiadora	Natureza do Financiamento	Valor Financiado	Data Inicio	Data Fim		
Ministério dos Povos Indígenas	Auxilio Financeiro	R\$ 5.736.200,00				
Membros do Projeto						
CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação		
036.737.871-01	LEONILSON ROCHA DOS SANTOS	DOCENTE	30	Coordenador		
955.705.861-72	HEWERTON RENATO FLEURY SILVA	SERVIDOR	4	Vice-coodernador		
491.286.041-72	CLAUDIO LOPES MAIA	DOCENTE	4	Vice-coodernador		
098.208.828-00	ROSELMA LUCHESE	DOCENTE	4	Colaborador		
2024						
Atividades	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA.						
REALIZAÇÃO DE 6 OFICINAS DE FORMAÇÃO PARA OS YANOMAMI E YE'KWANA SOBRE PROTEÇÃO TERRITORIAL						

REALIZAÇÃO DE 3 AÇÕES DE ESCLARECIMENTO E CONSULTA NAS REGIÕES MAIS VULNERÁVEIS (XITEI, HAXIU E SURUCUCU)							
APOIO À REALIZAÇÃO DA REUNIÃO DO V FÓRUM DE LIDERANÇAS YANOMAMI EM AUARIS							
AÇÕES DE FORTALECIMENTO PARA CADA ASSOCIAÇÕES YANOMAMI E YE'KWANA, PARA EXECUÇÃO DAS REUNIÕES E ASSEMBLEIAS DAS 10 ASSOCIAÇÕES YANOMAMI E YE'KWANA, TOTALIZANDO 20 AÇÕES							
ELABORAÇÃO DE PLANOS DE COMUNICAÇÃO COM AS COMUNIDADES YANOMAMI E YE'KWANA SOBRE OS TEMAS DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL							
2025							
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA.							
REALIZAÇÃO DE 6 OFICINAS DE FORMAÇÃO PARA OS YANOMAMI E YE'KWANA SOBRE PROTEÇÃO TERRITORIAL							
REALIZAÇÃO DE 3 AÇÕES DE ESCLARECIMENTO E CONSULTA NAS REGIÕES MAIS VULNERÁVEIS (XITEI, HAXIU E SURUCUCU)							
APOIO À REALIZAÇÃO DA REUNIÃO DO V FÓRUM DE LIDERANÇAS YANOMAMI EM AUARIS							
AÇÕES DE FORTALECIMENTO PARA CADA ASSOCIAÇÕES YANOMAMI E YE'KWANA, PARA EXECUÇÃO DAS REUNIÕES E ASSEMBLEIAS DAS 10 ASSOCIAÇÕES YANOMAMI E YE'KWANA, TOTALIZANDO 20 AÇÕES							
ELABORAÇÃO DE PLANOS DE COMUNICAÇÃO COM AS COMUNIDADES YANOMAMI E YE'KWANA SOBRE OS TEMAS DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL							
Histórico do Projeto							
Data	Situação		Usuário				
05/07/2024	GRAVADO		LEONILSON ROCHA DOS SANTOS / leonilson.santos				
05/07/2024	SUBMETIDO À COORDENADORIA DE PESQUISA		LEONILSON ROCHA DOS SANTOS / leonilson.santos				

05/07/2024	SUBMETIDO PRPI	THIMOTEO PEREIRA CRUZ / thimoteocruz
05/07/2024	EM ANDAMENTO	THIMOTEO PEREIRA CRUZ / thimoteocruz

Relatório Emitido por: LEONILSON ROCHA DOS SANTOS

SIGAA UFCAT - Copyright UFRN
